

AS VULNERÁVEIS DA TRANSAMAZÔNICA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE BELO MONTE

Vilma Aparecida de PINHO¹

Resumo

A ênfase da pesquisa sobre a violência sexual enfoca as histórias de vida no interior de dados quantitativos problematizados nos períodos em que a UHE de Belo Monte alcançou seu ápice de desenvolvimento. Dessa forma, este artigo se diz no interior das questões de Belo Monte devido aos seus impactos sociais, culturais e ambientais que atingiram sobremaneira as populações mais vulneráveis da transamazônica. Neste propósito apresenta-se dados de pesquisa do projeto Programa de Ações Integradas e Referências para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), conduzido, no município de Altamira/PA pelo projeto Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: violência sexual; vulnerabilidade; Belo Monte; impactos sociais

Abstract

The emphasis of the research on sexual violence focuses on the life histories within quantified data gathered in the period when the Belo Monte HPP reached its heyday of development. Thus, this article develops within the issues of Belo Monte due to its social, cultural and environmental impacts that have reached the most vulnerable populations of the transamazônica. In this purpose, we present research data from the Integrated Actions Program and References for Coping with Child-Teenager Sexual Violence (PAIR), conducted in the city of Altamira / PA by the Rodas de Direito project: dialogue, empowerment and prevention in coping with sexual violence against children and adolescents.

Keywords: sexual violence; vulnerability; Belo Monte HPP; Social impacts

1. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

O Diagnóstico Rápido Participativo² (DRP) é uma das etapas metodológicas do Programa de Ações Integradas e Referências para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), conduzido, no município de Altamira/PA, por meio do projeto “Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, coordenado por professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com arte-educadores da Fundação Tocaia.

O DRP é uma pesquisa realizada dentro de determinado território para dar visibilidade ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e o mapeamento dos serviços e programas da rede de proteção (Maekawa e Contini, 2011), sistematizando informações e

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Brasil(2010). Professor Titular da Universidade Federal do Pará –UFPA. E-mail: vilmaaparecidadepinho@gmail.com

² A autora agradece à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) que financiou o Projeto Rodas de Direitos/PAIR no município de Altamira. A coleta de dados não seria possível sem a ajuda das auxiliares de pesquisa: Carine Costa Alves e Graciete Freitas Pinheiro, a elas, meus agradecimentos.

apresentando-as de modo favorável a instrumentalização pelas instituições públicas e entidades sociais que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A pesquisa DRP foi realizada entre os meses de março a setembro de 2012, iniciamos a pesquisa solicitando às instituições locais, por meio de ofícios, repasse dos relatórios anuais de atendimento, obtendo estes dados das seguintes instituições: Vara da Infância e da Juventude (VIJ); 5ª Vara Criminal de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher³ (5ª Vara); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Polícia Militar (PM); Polícia Civil (PC); Conselho Tutelar (CT); Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); Polícia Federal (PRF) e Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMUTS).

Ao mesmo tempo, realizamos a aplicação dos formulários oficiais da metodologia PAIR com diferentes segmentos da rede de proteção. Os formulários utilizados foram os seguintes:

Formulário 1 – CMDCA: destinado aos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Formulário 2 – Defesa e Responsabilização: aplicado junto a representantes das instituições do sistema jurídico-policial e o Conselho Tutelar.

Formulário 3 – Atendimento e Prevenção: destinado a representantes de instituições e programas governamentais e não governamentais que realizam atividades de caráter preventivo ou desenvolvem serviços de atendimento as vítimas, agressores e famílias.

Formulário 4 – Comunidade: aplicado, no âmbito da pesquisa, junto a determinados bairros do município de Altamira, procurando coletar informações de informantes estratégicos que moram ou trabalham nestes bairros.

Formulário 5 – Movimentos Sociais: destinado a lideranças de movimentos sociais que atuam no município.

Formulário 6 – Setor corporativo: voltado para ser aplicado junto a representantes do setor empresarial ou corporativo do município.

Neste artigo o objetivo apresentar o levantamento quantitativo das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas nos serviços de prevenção, atendimento, defesa e responsabilização do município; assim como compreender os processos de vitimizações, violência e atendimento de adolescentes em situação de violência sexual. Nesse sentido, os dados foram organizados a partir de tabelas e das histórias de vida enfatizando: pessoas de convivência e as envolvidas na violação de direitos, os tipos de violência, suas famílias, escolaridade, local de

³ Competente também para os crimes em que crianças e adolescentes são vítimas.

moradia, formação e cuidados, com a intenção de compreender as especificidades do contexto de Altamira - PA no que se refere ao atendimento e acompanhamento dessas vítimas.

Recorremos a Minayo (2005), Becker (1999) e Thompson (2001) com o escopo de embasar teoricamente nossos delineamentos metodológicos. De maneira geral a abordagem metodológica investiga os sujeitos, as instituições e os territórios como construções sociais, simbólicas e políticas, ou seja, construções sociais. Nesse sentido, percepções, concepções, emoções, são complementados com dados quantitativos que buscam revelar objetividades sociais.

Faz parte da pesquisa DRP a história de vida, pois essa técnica metodológica tem se apresentado propícia aos estudos de pessoas nos vários contextos sociais, pois oferece possibilidade de compreender as tramas vividas, as situações, grupos, processos, percepções e envolvimento institucionais relativos aos grupos e pessoas, no presente caso, com a violência sexual. As adolescentes colaboradas na pesquisa, foram indicadas pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, no município de Altamira, que à época, estava participando do projeto de implementação da ⁴metodologia PAIR no município.

Fizemos as entrevistas nos espaços da Universidade Federal do Pará no Campus de Altamira em momentos mais oportunos para as adolescentes que narraram as suas experiências de vida. As entrevistas foram momentos delicados, pois o trauma de ter sido violentada, era uma ferida aberta, que a qualquer momento poderia sangrar. Dessa forma, tentou-se, criar um clima de acolhimento e apoio às adolescentes, mas nem por isto, os momentos deixaram de ser de dor, lágrimas e sofrimentos. Entretanto, apesar dos momentos que se expressaram murmurando e gaguejando devido o significado das violências sofridas, elas preferiram falar. Ou seja, continuar expressando aquilo que viveram num passado muito próximo e ainda se faziam presentes na forma de dor e sofrimento.

Desse modo, o artigo foi organizado de modo a apresentar o cenário mais amplo da violência sexual no município assim como dará ênfase nas narrativas das adolescentes, que sofreram a violência e ainda, apesar dos esforços do CREAS, não tinham tido acesso a uma política de garantia de direitos que lhes propiciassem sonhar e ter expectativas de vida pautadas numa positividade de viver. A ética na pesquisa se fundamenta no ECA e nos Direitos Humanos que resguardam criança e adolescente de qualquer exposição e constrangimento.

⁴ Podemos compreender o PAIR no marco teórico-conceitual do artigo 86 do ECA, como referência metodológica do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. Pois, no que se refere ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, a realidade brasileira requer o necessário fortalecimento da rede de proteção e de integração de políticas públicas” (BISPO, at. all., 2011).

Tabela – 1 - Perfil das participantes

SUJEITOS	IDADE	FAMÍLIA	LOCAL DE MORADIA	TIPO DE VIOLENCIA	AUTOR DA VIOLÊNCIA SEXUAL
Giselda	15 anos	Pai, mãe e 5 irmãos e 4 irmãs	Meio urbano	Abuso sexual	Pastor da Igreja
Alvina	17 anos	Mãe, pai e 1 irmão	Meio rural	Negligência, maus tratos e abuso sexual	Pai

2. A QUESTÃO UHE BELO MONTE: SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADES VERSUS FATORES DE IMPACTO

Não se realiza uma associação direta da Construção da Usina de Belo com a violência sexual no município. mas alguns dados nos permite afirmar que houve um consideravel aumento nos casos de violência contra a criança e o adolescente de maneira geral, e, em especial a violência sexual. Segundo o DRP (2013, p. 126), houve claramente ondas de crescimento dos casos de violencia sexual no município que liga a fatores e momentos históricos não lineares. Diz-se “a partir de agora vamos denominar de “ondas de crescimento” da judicialização de casos de violência sexual, compreendendo por este termo o processo de crescimento do fenômeno da violência sexual judicializada no município de Altamira vinculado a hipóteses explicativas”. Trata-se de hipóteses as compreensões analíticas sobre as ondas de crescimento da violencia sexual.

No DRP considera-se que as três ondas ocorrem entre os triênios “1992-1994”, “2004-2006” e “2010-2012”. A primeira “onda de crescimento” (triênio 1992-1994) dos casos judicializados de violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser situada no contexto de acirramento dos barbaros casos de emasculação sofridos por crianças no município e da luta da sociedade civil pela identificação e punição dos culpados. Lacerda (2012) e o Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense (2001), o sofrimento das mães e familiares das vítimas produziu a organização das lutas em prol da justiça contra os crimes que resultou numa mobilização da sociedade civil e pressão social sobre as instituições do Estado, especialmente a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário locais. É nesse período que se mobilizam a favor da organização institucional de orgaos e entidades que buscam melhorar o atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes na região.

A segunda “onda de crescimento” da judicialização dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente é representada pelo triênio “2004-2006”. Neste período, houve o o desmantelamento de uma rede de exploração sexual comercial que agia na proximidades de escolas públicas do município aliciando adolescentes mulheres para participarem de festas eróticas e da produção de material fotográfico contendo cenas de nudes e de sexo com adultos.

A terceira e atual “onda de crescimento” (2010-2012) dos casos judicializados de violência sexual contra a criança e o adolescente pode ser contextualizada num conjunto de elementos sócio-institucionais interdependentes assumidos enquanto prováveis fatores do crescimento atestado na pesquisa. O primeiro fator é o contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), pois esta terceira “onda de crescimento” se situa no exato período que vai da emissão da Licença Prévia nº. 342/2010, em fevereiro de 2010, até os dias de hoje (2012), com aumento populacional decorrente da migração de pessoas de outras regiões, especialmente de homens em busca de uma chance de trabalho nos canteiros de obra da UHE Belo Monte.

À época o montante populacional de Altamira se constituía impreciso devido a chegada de pessoas de todo o Brasil e do exterior cotidianamente. O Censo/2010 do IBGE estabeleceu para Altamira a marca de 99.070 habitantes, sendo que no Censo anterior, de 2000, a população era de 77.439 pessoas. No entanto, técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA) tem trabalhado com uma estimativa atual da ordem de 126.000 pessoas, cuja base de cálculo é a produção de lixo e a demanda por atendimento no Hospital Municipal São Rafael.

De nossa observação da cidade, registramos uma quantidade expressiva de casas alugadas para grupos de homens trabalhadores; e de homens que ocupavam a praça da cidade, especialmente, nos finais de semana. Esses homens, trabalhadores da UHE de Belo Monte se reuniam em grupos por sociabilidades e origens em comuns para beber cachaça aos domingos nas praças e no Cais de Altamira. A quantidade de homens⁵ cujo perfil era de adulto, jovens e negros era muito expressiva.

No contexto da UHE Belo Monte houve o aumento do contingente populacional em pouco tempo e a conjuntura social de precarização dos serviços agregado ao inchaço populacional sem planejamento, nos leva a crer que é aceitável uma análise associativa entre Belo Monte e a situação de aumento da vulnerabilização social de crianças e adolescentes devido. Acredita-se, que houve impactos gerados, principalmente, pela carência de planejamento e investimento necessário e prévio. Os dados que apresento neste artigo comprovam a ideia de aumento da vulnerabilização social de crianças e adolescentes identificada pelo aumento dos dados estatísticos produzidos por diversas instituições públicas neste município e que precisam ser relacionadas a conjuntura social para que se possa entender os motivos deste aumento e as formas de enfrentá-lo.

⁵ De nossa observação, esses trabalhadores também estavam em situação de sofrimento, pois se encontravam longe de suas famílias e de suas raízes culturais. Daí nos finais de semana, principalmente, no da folga do recebimento dos proventos salariais vinham para a cidade se aliviar das tensões do trabalho e da solidão que a própria obra impõe a esses trabalhadores. Com isto, estamos querendo dizer, que todos passavam por situações difíceis... Tanto os moradores da cidade, quanto os trabalhadores que vinham de fora.

3. PRINCIPAIS DADOS DO DRP – DIAGNOSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO: DAS OCORRÊNCIAS POR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO

De acordo com o documento DRP/Altamira (2013), o CREAS atendeu um total de 870 casos de violência contra a criança e adolescentes em Altamira no ano de 2010. Ao classificar a violência por tipos, constata-se, que 23,03% é de abuso e exploração sexual, seguindo de violência doméstica, violência física, situação de rua e conflito familiar com 68% dos atendimentos. Os documentos analisados na instituição (CREAS) também revelam, que o sexo feminino está mais vulnerável a violência sexual, no que concerne ao abuso e exploração sexual. No entanto, há um percentual de 10% para vítimas do sexo masculino, e também mostra que a idade das crianças e adolescentes vitimadas pela violência sexual está entre a primeira infância até o final da adolescência.

Nos tipos de violência que se dividem entre abuso ou exploração sexual, 90% foram de vítimas de abuso sexual e 10% de exploração sexual. O que demonstra o diagnóstico, “dois fatos consideráveis: um seria de que os casos de exploração não são denunciados devido a fatores como violência, medo e uma maior organização em torno dos mesmos; o outro seria que a maior incidência de abusos sexuais cometidos por familiares e pessoas próximas facilitaria a violência” (DRP/Altamira, 2013, p.76).

No que diz respeito, as localidades de acontecimentos e de denúncia da violência sexual, verificou-se o maior número de casos nos bairros chamados de Mutirão, Brasília e independente II, no qual abrangem 41% dos episódios verificados nos documentos da instituição. Esse dado leva a dois pontos principais: o primeiro se refere ao fato da extensão territorial dos bairros e conseqüentemente maior densidade populacional, mas sem pretensões de justificar a violência, e sim de constatar que pode-se explicar em um primeiro momento os números; o segundo defendido como mais importante é a questão da condição social, já que os bairros citados estão localizados em regiões periféricas da cidade e com população predominante de classe baixa.

No item que aborda a origem das denúncias, a pesquisa aponta que a maior demanda advém do Conselho Tutelar com 52% dos casos denunciados por este órgão, e ainda os casos de não declarados com 29% que formam pela demanda espontânea (são casos não denunciados), em que a família ou mesmo a vítima procura primeiro a instituição (CREAS), isto declarado verbalmente por funcionários.

Os dados encontrados pela nossa equipe de pesquisa nos relatórios do Conselho Tutelar⁶ da Criança e do Adolescente de Altamira registram, nos períodos de 07 de julho de 2000 a 31 de

⁶ O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Altamira foi criado pela Lei nº 223/91 e Lei nº 489/93.

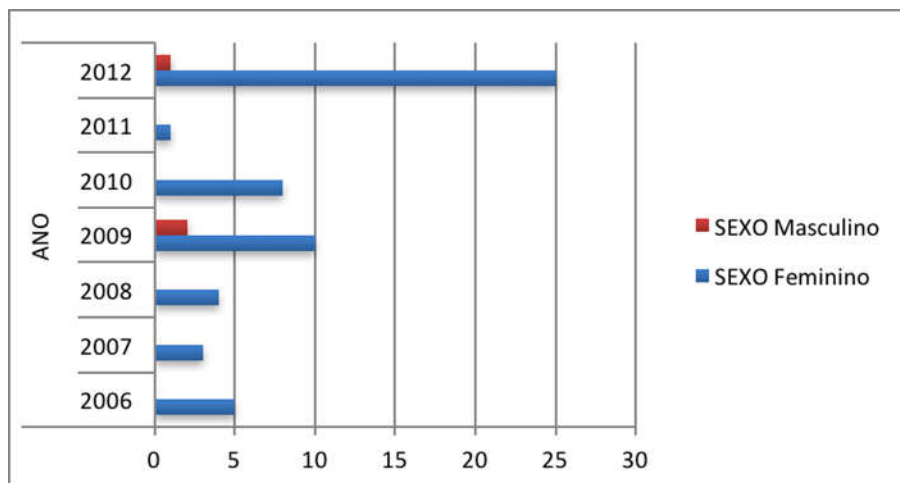
dezembro de 2008, 7.864 (sete mil, oitocentos e sessenta e quatro) atendimentos! Dentre os casos atendidos nesses três anos, destaca-se alguns: 264 de espancamentos; 1.058 de abandono por pais ou responsáveis; 346 de maus-tratos; 42 de estupro; 107 de aliciamento e sedução; 82 de exploração do trabalho infantil; 74 de prostituição infantil; 426 de crianças e adolescentes sem certidão de nascimento; 214 de crianças e adolescentes fora da escola. De acordo com dados documentais, no ano de 2009, houve 406 atendimentos, dentre eles: 29 de “prostituição, estupro e abuso sexual contra criança e adolescente”, também 33 de “gravidez na adolescência”; no ano de 2010, houve 520 casos atendidos, dentre eles: 43 de “prostituição, estupro e abuso sexual contra criança e adolescente” e 07 de “gravidez na adolescência”. Decorre que, ao investigar as fichas das adolescentes cuja denúncia foi gravidez, constatamos que elas sofreram maus-tratos e abuso sexual. Isso significa que o quantitativo de violência sexual é maior e mais complexo do que o apresentado com essa denominação.

65

4. DADOS DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTAMIRA

A estruturação inicial do Conselho Tutelar de Altamira data de 25 de junho do ano de 2000. Na averiguação documental no Conselho Tutelar tivemos acesso a 44 processos, contando os anos de 2006 a 2012, conforme descritos no gráfico abaixo. Mas os dados estatísticos da instituição indicam que em 2009 houve 29 casos, em 2010 houve 43, em 2011 houve 75 casos e em 2012 houve 25 casos (até o mês de junho), respectivamente descritos numa categoria ampla definida como “prostituição, estupro e abuso sexual” contra crianças e adolescente.

Gráfico 1. Sexo das Vítimas por Ano de Ocorrência

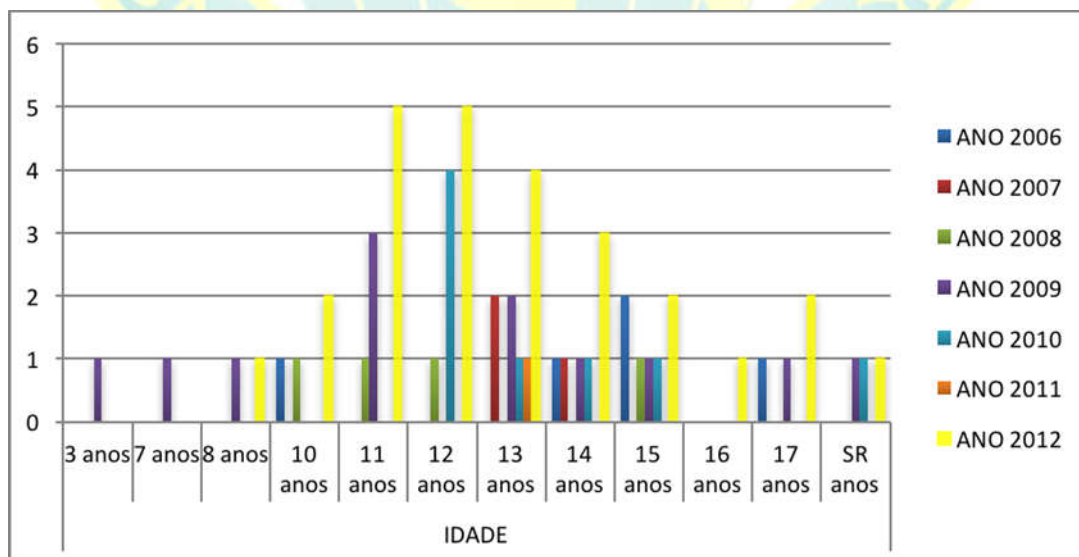


Há também a categoria “gravidez na adolescência” que chegou a 10% dos atendimentos gerais do Conselho Tutelar em 2010, 12% em 2011 e 11% em 2012 (até junho). Destacam-se esses dados em vista do fato de que parte das fichas verificadas aponta que o abuso sexual enfrentado por adolescentes vieram à tona a partir da suspeita de gravidez. Esse dado significa que a violência sexual se apresenta também por meio da denúncia de outros fatos subjacentes a ela.

O gráfico acima apresenta dados referentes ao sexo das vítimas, indicando que às do sexo feminino estão em um patamar maior de vulnerabilidade no que tange a violência sexual no município. Estes dados chamam atenção para o fato de uma maior dificuldade na denúncia à violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino, não que ela não exista, mas as complexidades que o envolvem obscurecem a realidade. Outro destaque decorre da raça ou cor como marcador social. Verificamos que nos registros do Conselho Tutelar não constam a etnia, raça ou cor de vítimas ou agressores.

O gráfico abaixo apresenta a sistematização dos dados das vítimas por faixa etária e ano de ingresso no Conselho Tutelar.

Gráfico 2. Vítimas por faixa etária e ano de ingresso no Conselho Tutelar



Os dados apresentados no gráfico acima revelam um crescimento acentuado de vítimas atendidas em 2012 em relação aos outros anos, destaca-se que o comportamento estatístico da violência sexual no município retrata uma sociedade violenta que pouco respeita suas crianças e adolescentes, requerendo um trabalho minucioso de prevenção e de atendimento às vítimas.

A seguir mostrar-se-á ilustrações de alguns casos descritos nos registros do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente, sistematizados no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP/2013).

Caso 1 - Foi recebida a denúncia de que a adolescente foi abusada sexualmente em 2010, mas só no ano de 2012 é que foi confirmado pela vítima o abuso, o abusador está preso por estupro. Os fatos não foram denunciados na época, (vítima) sofria ameaças do irmão do acusado. (Fonte: DRP-Altamira-PA 2013).

Caso 2 - Adolescente já vem sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar desde 11 anos, por causa de maus tratos da mãe que é dependente química. A (vítima) já realizou vários furtos e roubos e se prostitui para comprar droga e veio ao Conselho Tutelar para ser recolhida ao ECOM, mas o pedido foi negado, foram solicitados outros locais, também negados, então a vítima ficou na casa da avó... (Fonte: DRP-Altamira-PA 2013).

Caso 3 – Duas crianças foram violentadas pelo padrasto e foi concedida a guarda para o pai biológico, mas este teria uma denúncia de abuso sexual contra sua enteada, que estava grávida. Então o Conselho Tutelar pede que sejam tomadas as medidas cabíveis com urgência, pois as vítimas correm o risco de serem violentadas novamente... (Fonte: DRP-Altamira-PA 2013).

Caso 4 – A mãe relatou que a filha contou que um dia o agressor a tirou da rede jogou-a na cama, ficou pelado e colocou o pênis na vagina da criança e pedia para ela pegar no seu órgão genital. Informou ainda que o agressor pegou sua prima e chupou o seio dela, tentou colocar o pênis na vagina da mesma, mas não conseguiu. (Fonte: DRP-Altamira-PA 2013).

A análise que considera as variáveis por tipo de violência sexual indicam que os casos da violência extrafamiliar tem maior incidência com 47% das ocorrências, que “são ocasionados por homens supostamente de confiança das famílias, como pastor de igreja, vizinho, amigo, colega ou professor” (DRP/2013, p.75). Já os casos intrafamiliares apontam 42% dos episódios, e, demonstram que a “incidência advém de pais, padrastos, primos e tios, sendo estes de extrema confiança familiar, até mesmo da própria vítima”.

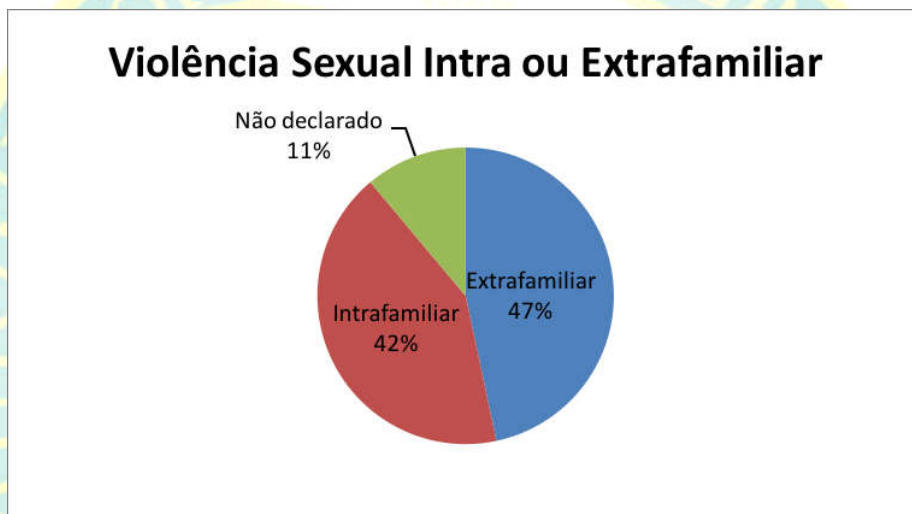
Os dados de violência sexual do CREAS foram obtidos por meio de relatórios institucionais, aplicação de formulário e observação participante. A distribuição quantitativa de casos corresponde ao período de 2010 até 2012.

Referente ao ano de 2010 foram coletados 6 (seis) casos. Coleta essa que foi possível através da análise dos prontuários durante o trabalho de campo na instituição. Já 2011 foram 28 (vinte e oito) casos coletados. E durante o período de 01 de janeiro a 04 de junho de 2012 foram 11 (onze) casos coletados, não tendo ainda o relatório institucional disponível. Sendo o mesmo elaborado anualmente.

A coleta dos casos de violência sexual durante o trabalho de campo na instituição nos possibilitou uma análise mais aprofundada de fatos como a maior incidência de um tipo específico de violência, se intra ou extrafamiliar, e também quanto ao sexo/gênero das vítimas. Faltando ainda, para uma análise ainda mais detalhada, dados referentes à classe social e raça/etnia, não sendo

possível o recorte destes pela inexistência de informações a respeito. Os dados apresentados no gráfico abaixo demonstram os casos de violência sexual divididos entre intra e extrafamiliar.

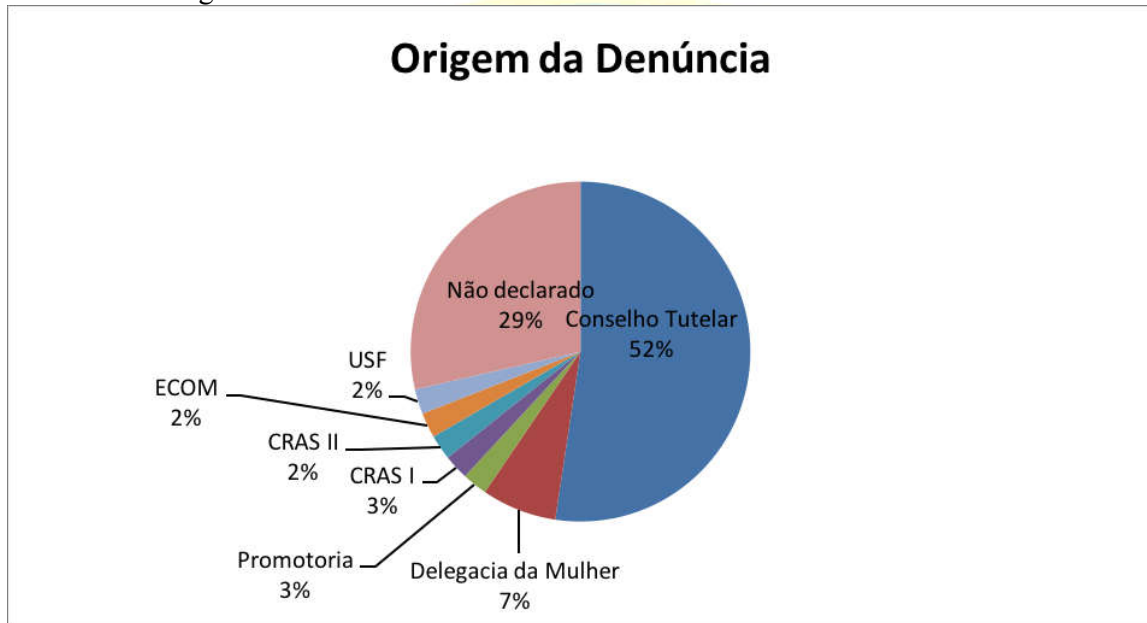
Gráfico 6. Violência Sexual Intra ou Extrafamiliar



Os casos extrafamiliares são ocasionados por homens supostamente de confiança das famílias e das vítimas como pastor de igreja, vizinho, amigo, colega e professor. Nos casos intrafamiliares a maior incidência advém de pais, padrastos, primos e tios, sendo estes de extrema confiança familiar, até mesmo da própria vítima.

Já quanto à origem das denúncias os dados nos mostram que a maior demanda é advinda de denúncias originadas no Conselho Tutelar (vide gráfico abaixo), sendo 52% dos casos, o que significa, em números absolutos, 22 dos 45 casos coletados. Quanto aos não declarados é preciso aqui ressaltar que estes são os casos em que as fichas ou prontuários de atendimento não citam qual foi à origem da denúncia. Muitos destes, mas não todos, são de demanda espontânea, que são casos não denunciados, onde a família ou a própria vítima procura primeiramente a instituição, o que foi declarado verbalmente pelos funcionários da mesma.

Gráfico 10. Origem da Denúncia



Foram destacados no DRP do município a situação de sofrimento e contextos de violação de direitos sexuais que envolvem vários fatores como a pobreza material das vítimas, psicopatia dos agressores, assim como uma cultura hetero-euro-machista que marcam as relações de poder de homens sobre as mulheres, principalmente, as negras e pobres na região. Alvina, uma das adolescentes que nos deram a entrevista, foi vitimizada pelo pai e enfrentou processos de violência sexual com maus-tratos, violência física e psicológica.

Na primeira infância, ela viveu com a avó materna, mas assim que foi morar com seus pais começou a enfrentar um sistema de controle severo que restringia seus contatos com pessoas de fora, inclusive com a avó, pessoa a quem tinha muito apego. No começo, seu pai proibia os contatos com avisos ameaçadores, depois, vieram as surras e outros tipos de violência.

O abuso sexual intrarrede social (extra e intrafamiliar) aconteceu com Giselda. O pastor da igreja (autor de abuso sexual) era uma pessoa de confiança de seus pais e da comunidade. Durante os rituais de organização do altar, o próprio pastor induziu uma aproximação física e certo controle sobre a adolescente. O processo de convencimento ocorria por contato direto e por mensagens de celular com palavras de acolhimento e elogios. As atitudes dos dois autores de violência sexual analisados nesta pesquisa se encontram no interior de indicadores de práticas aliciatórias, conforme se pode verificar pelo ⁷Guia Escolar.

⁷ O autor do abuso tende a ser extremamente protetor e zeloso com a criança ou adolescente, bem como a agir de forma possessiva, proibindo que a vítima tenha contatos sociais normais. Porém, é importante lembrar que manifestações de carinho em relação aos filhos são importantes para seu crescimento saudável; o autor do abuso pode ser sedutor,

Também classifica-se as violências sofridas pelas adolescentes no conceito de “objeto de maus-tratos” (FUKS, 2005, p. 17), no qual o abuso-vitimização consiste em um processo de completa objetualização da criança/adolescente por meio de várias maneiras de maltratá-la, vitimizá-la, abusar dela e domesticá-la. Tanto no primeiro caso, no qual há evidências de violência física, considerada aqui como mecanismo de controle via punição corporal, como no segundo caso, no qual houve sedução, a violência decorre de “encontros” assimétricos da relação adulto/criança que, em tese, decorrem de relações de poder.

Recorrendo aos estudos da psicanálise, tem-se que a violência sexual ocorrida por sedução “está dirigida à satisfação sexual do sedutor e ao despertar de sensações sexuais na vítima. Ainda que passivamente a criança/adolescente participe psiquicamente da atividade sedutora através de desejos, afetos, fantasias que podem facilitar a sedução propriamente dita” (FUKS, 2005, p. 20). Giselda disse que foi seduzida e Alvina, ao contrário, sofreu severas formas de violência por mais de três anos.

Ao pensar assim que fui seduzida, sabe, do jeito mais difícil ter conhecido um homem, sabe. Porque eu nunca pensava assim, eu vivia em um conto de fadas: “ah, vou me casar com um príncipe”. Eu jurava que ia ser assim, eu era inocente. Quando via algumas coisas imorais, assim de algumas outras colegas da escola, como xingar, porque tem isso né? Eu nem gostava, saía de perto, eu era muito inocente, nossa! eu era pura, virgem ainda, eu só saía com meu pai, com minha mãe, até hoje é meu pai que me leva pra escola, me traz de volta (GISELDA, 2012).

O enredo da violência ocorreu no interior de condições humanas de carências, que pode-se caracterizar como um cenário de vulnerabilidade social. No fator pobreza material, a fome, a falta de roupas e calçados, perfazem as necessidades básicas insatisfeitas e ainda se agravam com a falta de condições de higiene e privacidade: “E aí todo mundo dormia no mesmo quarto, eu dormia em rede, meu irmão também. Tinha o banheiro fora, todo mundo usava [...]” (ALVINA, 2012).

Há uma complexidade de coisas que desencadeiam a violência sexual que é de ordem material e subjetiva que se articulam e desembocam no processo de sofrimento. O contexto marcado por negligência colocou Alvina em situação de violência por abuso sexual por mais de três anos e Giselda por quatro meses. “Sei lá, assim, eu tava... a mãe tava lavando roupa, aí eu peguei e saí de onde minha mãe tava e entrei pra dentro de casa, ele tava com um facão na mão, hora que eu entrei ele arriou em cima de mim [...]” (ALVINA, 2012).

Faleiros (2000, p. 15) afirma que o abuso sexual e a violação do direito sexual “devem ser entendidos como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos,

insinuante, especialmente com crianças e adolescentes; o autor do abuso crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar; o autor do abuso pode acusar a criança ou adolescente de promiscuidade ou de sedução sexual, ou ainda acreditar que mantém atividade sexual fora de casa. (Guia Escolar, 2011, p. 99)

legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus”.

Observe que o contexto de privação é profundo e se revela também pela inoperância dos canais de comunicação que não possibilitam às vítimas falar sobre a violência que sofrem. Nesse aspecto, as redes instituídas – principalmente a escola – mas também as redes de amigos e amizades, que funcionam no interior dos processos de troca e que, de alguma forma, poderiam contribuir para oportunizar trocas para além dos “canais convencionais” que se estabelecem no interior das “instituições”, nas quais adolescentes, jovens e crianças circulam, não se abrem para o diálogo, para compartilhar e denunciar a dor da violência que permanece na privacidade daquelas que a enfrentam. Quase sempre a criança e o adolescente expressam a violência que sofrem pela corporeidade enrijecida, triste, desanimada, sem cuidado consigo mesmos, pouca concentração etc...

O silêncio infantil, além de significar medo por ameaça, também significa que a violência sexual se reifica pela naturalização da violência contra a mulher dificultando qualquer revelação significativa que possa abalar a representação masculina estabelecida. Ou seja, as ideologias que hierarquizam as relações de gênero operam no sentido de silenciar, impedindo possibilidades de comunicações em relação à infância e suas subjetividades.

5. VIOLÊNCIA SEXUAL: INQUIRIÇÃO, ATENDIMENTO E REDES DE APOIO

A violência sexual, seja intra ou extrafamiliar, causa rupturas, muita dor e sofrimento para as vitimizadas e também para as suas famílias. Afirma Azambuja (2011 p. 97) que a violência sexual intrafamiliar acontece em um ambiente relacional favorável a expensas da confiança que a vítima deposita no abusador que, aproveitando-se da ingenuidade da criança e da adolescente, “pratica a violência de forma repetitiva, insidiosa, fazendo crer que ela, a vítima, é culpada por ser abusada”. O depoimento seguinte relata o abuso sexual extrafamiliar, mas com essas configurações citadas pela autora.

Enquanto tava acontecendo aquilo não contei pra ninguém, ficava só pra mim, assim, você não imagina estar vivendo aquilo. [...] Não conta pra ninguém o que tá acontecendo contigo [...] Ele ficava falando pra mim fazer de tal jeito para não dar bandeira, disfarçar bem. Você não imagina o que era isso! Eu ouvindo aquelas coisas horríveis... Eu chorava de madrugada que só, eu acordava com o olho inchado e jogava água na minha cara pra minha mãe não ver que eu tava chorando [...] Eu me sentia culpada por tudo isso. [...] (GISELDA, 2012).

Chama-se atenção para a dinâmica da família no processo de abuso sexual, dinâmica que pode ser mantenedora ou inibidora desse tipo de violência. No contexto de Alvina, a adolescente costumava ficar sozinha com o pai, enquanto a mãe ia para a cidade com seu irmão mais novo. A

mãe lavava roupa longe de casa e constantemente ia à cidade. Nesses momentos, a adolescente assumia o papel de adulta/mulher: limpando, cozinhando, cuidando. E nesse ínterim ficava exposta à violência do pai, que justificava as constantes surras com uma pretensa necessidade de protegê-la. “Estava em casa sozinha, a mãe sempre vinha aqui pra Altamira e trazia meu irmão por ser pequeno, entendeu? Não desgrudava dela, aí eu que tinha que ficar em casa, quando ela vinha eu que tinha que fazer tudo em casa”.

72

Sempre me batia, era direto e eu não entendia o porquê, entendeu? Eu não podia conversar com ninguém, na rua assim, ele ficava olhando quando eu tava conversando com meus amigos e na hora que eu entrava dentro de casa a “pisa” comia, eu já não tinha mais amigos, nada, não podia ir ninguém lá em casa, se eu saísse na janela quando a pessoa saísse, aí “pisa”. Cheguei até a tentar ir embora e nesse dia foi que eu apanhei mesmo, entendeu? Eu tinha vontade de matar, sabe o que que é matar mesmo [...]? Uma vez até cheguei falar pra mãe: ou eu mato ele ou eu morro também.

Pesquisadora: E sua mãe?

Entrevistada: Minha mãe falou assim: “larga de besteira, isso é porque ele tá pensando no bem de vocês, num é no mal, não”. Eu falei: “é? Vai pensando”...

As noções humanas se constroem num sistema cultural que estrutura valores, forma e socializa. O reconhecimento da infância, intrínseco à criança, sujeito de direitos,⁸ como *um outro* que se estabelece na relação de alteridade pela inovação criadora, que interroga a sociedade, a Pedagogia e não se subordina às relações totalitárias ainda não ganha vida nas nossas relações, pois persiste na representação dos adultos que os sentimentos da criança é “besteira”.

Pondera-se que essa representação se encontra na esteira do sentimento de infância desenvolvido no iluminismo, a qual, desconhece a criança como pessoa dotada de inteligências, emoções e valores. No interior dessas representações sociais, a associação de infância à inocência, ingenuidade, pureza, sensibilidade, um tempo de felicidade, não há espaço para “escutar” as suas necessidades, as quais passam a ser vistas de maneira distorcida como “frescuras”; “besteiras”; os sofrimentos são para o “seu bem” ou como necessária correção para que não sofram mais tarde. Ou seja, nossa vivência com as crianças se pauta em relações que a infantilizam e, acionada dessa forma, não corrobora para a convivência plena e participativa, mas restritiva, superficial.

O Conselho Tutelar fez a mediação entre o processo de diagnóstico, acesso à justiça e os serviços especializados de atendimento e acompanhamento psicossociais à vítima e sua família. A comunicação de maus-tratos de criança e adolescente ao Conselho Tutelar (artigo 136, inciso I, do ECA) deve ser feita por qualquer pessoa, mas é obrigatória quando se trata de profissionais de saúde e educação (artigos 13 e 56 inciso I, do ECA). Alvina, à época, após uma investida violenta de seu pai que a golpeou severamente nas rotineiras surras, empurrou-o contra a parede e quando sua mãe ouviu os gritos e entrou na casa, o pai-agressor se retirou, ameaçando-a de morte; mas a

⁸ Sobre Infância como enigma ver Jorge Larrosa (1998).

adolescente estava decidida e ligou para um tio que fez a denúncia no Conselho Tutelar; no caso de Giselda, uma pastora da igreja, desconfiada, chamou seu pai, na presença dela, para esclarecimentos e denúncia.

Houve um acúmulo de traumas no que se refere à inquirição das adolescentes. Giselda relata que foi pressionada na igreja: “Aí todo mundo falando pra mim falar a verdade, que faltava só eu confirmar, mas na minha cabeça, ele falando que eu tinha que negar. Aí meu pai falou que eu ia fazer exame, eu já não estava aguentando aquilo tudo, aí foi que eu falei [...]” (GISELDA, 2012). Em um primeiro momento, a adolescente foi pressionada a falar aos membros da igreja, mas depois teve de repetir a violência no Conselho Tutelar, na Procuradoria e na Polícia Civil.

Giselda e Alvina, assim como crianças e adolescentes que sofrem essa natureza de violência, se viram expostas mais uma vez ao ter de falar sobre uma situação íntima de violência. Azambuja (2011) afirma que a violência sexual é um crime difícil de produzir provas, tendo em vista que não há vestígios evidentes. Entretanto, a autora afirma que a prática da inquirição da criança e adolescente vitimizadas se constitui processo paradoxo, pois coloca ao encargo da vítima a incumbência de produzir as provas e quiçá levar o agressor à cadeia. Em face da fragilidade infantil, a despeito da intenção de protegê-la, a inquirição acaba por expô-la e até mesmo desrespeitá-la como sujeito de direitos, “pois obriga-a a expor sua intimidade em uma situação constrangedora e formal” (AZAMBUJA, 2011, p. 160). Dentre os malefícios desse procedimento, estão a lembrança das experiências de violência e os possíveis efeitos sobre a constituição familiar que recaem sobre a vitimizada, que também passa a ser testemunha no processo.

As consequências psíquicas e sociais da violência sexual não são fáceis de auferir, pois as sequelas humanas são incalculáveis. Porém quadros de depressão, culpa e diminuição da autoestima, agregados à aparição de fobias e atrasos escolares, são sintomas que aparecem em curto prazo. E mais tardiamente, gravidez na adolescência e tentativas de suicídio, caso não haja intervenção.

Eu principalmente porque eu queria morrer, eu queria me matar, estava horrível aceitar aquela situação. Hoje meu pai confia um pouco mais em mim, mas, como eu aprendi lá no CREAS é com o tempo que a confiança vai acontecer de novo. Mas hoje em dia pra tudo que aconteceu, nossa!! Está bem mudado. Meu pai está de novo com minha mãe, há mais confiança, acho que já tá uma família unida de novo, mas tem certas coisas que só o tempo vai fechar, que vai voltar de novo aquela coisa que era, por causa que meu pai confiava muito nele. Era um pastor, meu pai tinha amizade e afeto e daí saber que a filha estava sendo abusada foi difícil pra ele... (GISELDA, 2012).

A violência de abuso sexual é “normativa, política e clínica” (AZAMBUJA, 2011, p. 102), por isso requer medidas de caráter interdisciplinar envolvendo profissionais e instituições diversos. Nesse sentido, as redes de apoio (institucionais e pessoais) e as possibilidades de oportunidades são

cruciais no processo de reelaboração de confiança e na desconstrução da lógica da violência. Mas as redes de apoio de Alvina estavam muito fragilizadas. Em relação aos seus familiares, os vínculos afetivos que permaneceram foram o irmão e a mãe. Após um ano de detenção, o pai (agressor) retornou para casa em estado de liberdade condicional, esse evento fez a adolescente se mudar para a cidade para se proteger: “quando foi agora dia 16 de fevereiro ele saiu... aí eu vim me embora pra cá, pra Altamira” (ALVINA, 2012).

74

6. CONCLUSÃO

Para concluir este artigo, enfatiza-se que, nos dois casos de abuso sexual (intra e extrafamiliar), houve a ruptura do pacto de confiança (pai - pastor da igreja), fato que provocou um processo traumático nas vítimas destruindo as expectativas de proteção e a crença na própria sociedade. Parafraseando Faleiros (2008), afirma-se que é por meio da rede de proteção que se efetiva o Sistema de Garantia de Direitos, mas o sistema só funciona se for ligado em rede, pois se cada instituição fizer sua parte paralelamente, certamente não se obterão os efeitos de garantias.

O Governo Federal ao lançar o Edital 01/2011 para a implementação do PAIR no município não tinha noção do que aconteceria em Altamira com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, pois acreditamos que essa cidade, que tinha pouco mais de 100 mil habitantes no senso do IBGE de 2010, e teve um aumento populacional de mais de 30% em 2011, sofreu um declínio no seu processo de cidadania e garantia de direitos, como nunca previsto. Não afirmamos isto, apenas com base na quantidade populacional de homens na cidade, que chegaram de uma só vez mais de 30 mil (trabalhadores) para a usina; afirmamos isto, pelo contingente especulativo que pairou sobre a cidade aumentando os preços da alimentação básica em mais de 70% em apenas três meses; os aluguéis ficaram inacessíveis; as famílias foram compulsoriamente retiradas de suas moradias devido ao alagamento previsto na cidade e no campo; várias populações indígenas, ribeirinhas, enfrentam a desapropriação cultural e econômica como um dos impactos diretos da Usina de Belo Monte.

A Construção da Usina de Belo e seus impactos previstos foi que impulsionou a SDR – GF a implementar o PAIR na região. Entretanto, afirmamos com toda clareza, que diante do caos estabelecido, as ações realizadas, a despeito, de todo o esforço dos envolvidos, “parece farinha”, não dá conta das inúmeras respostas que requerem milhares de crianças e adolescentes negros, indígenas, da cidade, do campo, diante dos sofrimentos que são cotidianos no local.

Os vulneráveis da transamazônica sofrem a agonia de não serem ouvidos. O grito não faz eco! Caímos por terra! Dá vergonha de viver essa história! A história dos direitos e da proteção

integral, conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente “é só papel”, (palavras de uma ativista de Altamira). Pois o que era para implicar em relações, isto é, sujeitos e instituições em interação social esta trincada.

Para terminar, afirma-se que os encontros com terapeutas são importantes e compõem as ações da rede no acompanhamento de superação de uma violência de difícil tratamento. Porém, mais significativo seria se as políticas de proteção fossem extensivas às necessidades dessas adolescentes que estão relacionadas com as suas condições de vida e com a percepção de condições objetivas na realização de seus projetos.

75

7. REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZAMBUJA, M R. F. *Inquisição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- DRP – *Diagnóstico Rápido Participativo* de Altamira – PA. Texto Mimeo (2013).
- BISPO, E.; LUZ, F.; GADELHA, G.; PAIVA, L. Metodologia PAIR. In: MOTTI, A. J. A.; BISPO, E.; LUZ, F.; GADELHA, G.; PAIVA, L (orgs.). *Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro – PAIR: 2 Conteúdos para Capacitação*. Brasília: SDH/PR, p. 105-123, 2011.
- BASTOS, T. B. Escolas para os direitos humanos e a democracia. In: SCHILLING, F. (org.). *Direitos humanos e a educação: outras palavras, outras práticas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. 1940.
- _____. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- COSTA, A. C. G. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetórias, situação atual e perspectivas*. Brasília: OIT; São Paulo, 1994.
- DE ANTONI *et. al*. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. In: *Estudos de Psicologia*. Campinas, 28 (1), p. 97-106, janeiro – março, 2011.
- CARVALHO, A. C. B. *O. Violência sexual presumida*. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- FALEIROS, E. T. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- FALEIROS, V. P. Parar o abuso e desenvolver a proteção In: COSTA, L. F. e LIMA, E. G. D. (orgs.). *Abuso Sexual: a justiça interrompe a violência*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- FUKS, B. L. Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. In: VOLNOVICH, J. *Abuso sexual na infância*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005.
- GIORGIS, J. C. T. Os crimes sexuais e a pessoa vulnerável. In: *Criança e Adolescente. Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público – RS*, nº 1, p. 26-42, jul/set 2010. Disponível em: [HTTP://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/revista_digital_ed_01.0df](http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/revista_digital_ed_01.0df). Acessado em: 22 de agosto de 2015.
- LARROSA, J. *Pedagogia Profana – Danças, Piruetas e Mascaradas*. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- PAIVA, L. *Violência sexual – conceitos*. Altamira: mimeo, 2012.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica*. RJ: EDUR, 2011.
- VERADO, M. T. *Sexualidade violentada: as marcas de uma tentativa de destruição*. São Paulo: O nome da Rosa, 2000.